

CATARINA JOÃO CAPELA RIBEIRO

Docente da Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa
e do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto.
Psicóloga no Centro de Investigação e Clínica Forense

A CRIANÇA NA JUSTIÇA

Trajectórias e significados do processo judicial
de crianças vítimas de abuso sexual intrafamiliar



ALMEDINA

A CRIANÇA NA JUSTIÇA
TRAJECTÓRIAS E SIGNIFICADOS DO PROCESSO JUDICIAL
DE CRIANÇAS VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR

AUTORA
CATARINA JOÃO CAPELA RIBEIRO

EDITOR
EDIÇÕES ALMEDINA, SA
Av. Fernão Magalhães, n.º 584, 5.º Andar
3000-174 Coimbra
Tel.: 239 851 904
Fax: 239 851 901
www.almedina.net
editora@almedina.net

PRÉ-IMPRESSÃO | IMPRESSÃO | ACABAMENTO
G.C. GRÁFICA DE COIMBRA, L.D.A.
Palheira – Assafarge
3001-453 Coimbra
producao@graficadecoimbra.pt

Maio, 2009

DEPÓSITO LEGAL
293506/09

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação
são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer
processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita
e passível de procedimento judicial contra o infractor.

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação

RIBEIRO, Catarina João Capela

A criança na justiça : trajectórias e significados do
processo judicial de crianças vítimas de abuso sexual
intrafamiliar. – (Psicologia)
ISBN 978-972-40-3787-56

CDU 343
347

*Aos meus pais,
ao André e ao Filipe*

AGRADECIMENTOS

À Prof. Doutora Celina Manita, pela orientação deste trabalho, pela confiança que depositou neste projecto (e no meu trabalho em geral) e por me ter proporcionado um contexto de trabalho onde o desafio da descoberta, que se vai desenhando entre a prática clínica e a investigação, foi uma constante. Foi, em parte, devido às características deste espaço – o GEAV – que esta investigação ganhou forma. Agradeço profundamente os desafios profissionais que me tem colocado, a amizade, o carinho, a atitude tranquila e madura que caracteriza a nossa relação profissional e pessoal.

À Prof. Doutora Teresa Magalhães, pela constante motivação e confiança, pelo entusiasmo com que encara o meu trabalho, pelas oportunidades que me tem oferecido as quais me têm feito evoluir como profissional e como pessoa. Pela forma protectora e entusiasta como me tem ensinado novos percursos.

Ao Prof. Doutor João Marques-Teixeira, porque lhe devo muito do que aprendi enquanto psicóloga. Essas aprendizagens continuam a fazer-me sentido e foram fundamentais na recolha de dados junto das crianças.

Ao Dr. Rui do Carmo, pelo interesse que demonstrou por este trabalho, desde o seu início, e pelas sugestões e questões que colocou. Também pela preciosa ajuda no enquadramento jurídico e na revisão do texto.

Ao Dr. Diogo Pinto da Costa, à Dra. Maria João Taborda, ao Dr. Carlos Casimiro e ao Dr. Norberto Martins pelas enriquecedoras “conversas entre a Psicologia e o Direito” e pela constante disponibilidade no esclarecimento dos aspectos jurídicos.

À equipa do Serviço de Clínica Forense da Delegação do Norte do INML pelo acolhimento e colaboração prestada.

Às Sras. Inspectoras Ana Medon e Andreia Costa da Polícia Judiciária do Porto, pela facilidade com que estabeleceram uma ponte interdisciplinar.

Às minhas primas "Anas" (Adri, Cris e Ana Jorge) pelos momentos magníficos de boa disposição nas pausas do trabalho.

À Adriana, em especial, pelo encorajamento e presença carinhosa na fase final deste trabalho.

Aos meus irmãos Pedro e Milucha, pelo apoio e pela dedicação ao André nas minhas ausências.

Ao Carlos Peixoto, pela inestimável ajuda na recolha bibliográfica, pela imensa disponibilidade para reflectir sobre este trabalho, pelas questões desafiantes que me colocou, pelo carinho e pela amizade.

À Ana Magalhães, porque continua a estar incondicionalmente presente nos momentos importantes... Pela colaboração no estudo empírico, como juiz independente, pela presença e pela motivação... pela tranquilidade e segurança contagiantes.

À Mariana Sá Carneiro, por todo o apoio, pela imensa disponibilidade e pela amizade genuína.

Aos meus pais, claro, pela dedicação absolutamente incondicional ao André. Este trabalho não teria sido possível sem o seu apoio...

Ao Filipe, pelo apoio incondicional, pelo optimismo com que aceita os condicionalismos do meu trabalho, pela imensa paciência, pela motivação constante... pelos mimos, gargalhadas e cumplicidades.

A todas as meninas e meninos que participaram no estudo por me deixarem escutar as suas histórias.

PREFÁCIO

O fenómeno da violência contra crianças e, em particular, o abuso sexual têm vindo – muito por força de alguns processos judiciais fortemente mediatizados – a alcançar crescente visibilidade, a ser objecto de debate e problematização social, a suscitar generalizada condenação. O aumento do conhecimento sobre as suas dinâmicas e processos, a crescente consciencialização das suas consequências, uma maior atenção aos seus sinais, levam a um aumento do número de denúncias e, por consequência, dos processos judiciais. Desta forma, as crianças tornam-se, cada vez mais, actores no contexto judicial, seja enquanto vítimas, seja enquanto testemunhas, dois papéis que, no caso das crianças envolvidas em situações de abuso sexual, são frequentemente indissociáveis.

Neste contexto, a psicologia forense, área de identificação primária da autora deste livro, vem conquistando um espaço de crescente relevo e de correlativa responsabilidade, ao ser chamada a contribuir para o esclarecimento das dinâmicas psicológicas associadas à violência, à prática do crime, à vitimação, ao auxiliar na tomada de decisão judicial e na definição de projectos de vida para as crianças vítimas, ao avaliar, não só o impacto da vitimação, como o impacto do próprio contacto com o sistema de justiça.

Como se pode constatar no estudo de Catarina Ribeiro, o envolvimento de uma criança num processo judicial não tem de ser necessariamente uma experiência negativa ou traumática (embora o seja muitas vezes), mas é sempre uma experiência exigente para a criança, do ponto de vista emocional e cognitivo e, por isso, exige de todos nós, adultos – dos profissionais da psicologia forense, da medicina, do sistema de justiça, do sistema de protecção e segurança social, em particular –, o desenvolvimento de medidas que minimizem o seu eventual impacto negativo e o risco de vitimação secundária. Este estudo é, simultaneamente, um contributo para a sua prevenção, ao identificar, entre muitas outras coisas,

algumas das dinâmicas e processos associados à vitimação secundária de crianças vítimas de abuso sexual intrafamiliar em contacto com o sistema de justiça, ao revelar-nos o olhar e a voz dos seus actores de menor idade, ao apontar-nos soluções.

Desenvolvido no âmbito do Mestrado em Psicologia do Comportamento Desviante – Violência, Crime e Vítimas, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, este estudo realiza uma abordagem inovadora do fenómeno, quer pelo foco escolhido – a percepção da própria criança e não do sistema judicial ou dos actores adultos que com ela se cruzam no contexto judicial – quer pela multiplicidade de dimensões que abarca, quer pela metodologia qualitativa a que recorreu, a melhor para aceder aos processos subjectivos e às dimensões de significado que a autora queria conhecer e compreender.

Não me poderei pronunciar sobre este estudo e sobre este livro de forma neutra. Fui professora, fui supervisora, fui orientadora da tese, fui directora da Dra. Catarina Ribeiro. Trabalhei com ela diariamente durante 8 anos. Tornei-me, acima de tudo, sua amiga, sua colega de trabalho e sua cúmplice no compromisso de fazer mais e melhor na defesa dos interesses da criança. Por isso, quando me convidou para escrever o prefácio do seu livro, pareceu-me que escrever sobre um trabalho que tão bem conhecia, em torno dum fenómeno que há tantos anos investigo e intervenho, feito por uma pessoa que conheço e admiro, seria, além de uma leitura subjectiva, uma tarefa fácil, de alguma forma até natural. Enganei-me redondamente! E tendo dado voltas e mais voltas ao que haveria de escrever sobre o seu estudo, o seu livro, formulado e reformulado os espaços em branco de um texto que, apesar de antecipadamente pequeno, teimava em não surgir, decidi optar por um desafio.

Assim, se fosse possível ler de olhos fechados, sugerir-lhe-ia, agora, leitor, que cerrasse os olhos e começasse a imaginar-se envolvido numa situação assustadora, violenta, abusiva, destruidora, que não compreende nem consegue controlar, à qual simplesmente não consegue pôr fim, da qual, aparentemente, ninguém o consegue resgatar. Que se imaginasse aprisionado num espaço escuro... sozinho, desamparado, assustado. Uma e outra vez. Uma e outra vez. Uma e outra vez. Nesse espaço de medo e solidão não habitam fantasmas, aterrorizam-no pessoas – os seus familiares.

Como não poderia continuar a ler de olhos fechados e eu desejo que acabe de ler rapidamente este prefácio e se concentre no que importa – o bellissimo livro escrito por Catarina Ribeiro –, proponho-lhe, então, um outro desafio: de olhos bem abertos, imagine-se a entrar numa sala estranha, que não conhece, num espaço do qual só sabe que se chama tribunal e que tem “uns senhores que se chamam juizes que vão decidir tudo sobre a sua vida”. Entre numa sala despida e veja, vestidos de preto, o juiz ou um colectivo de juizes, procuradores, advogados e, à sua volta ou atrás de si, uma audiência concentrada em si.

Sente-se e comece a responder a perguntas sobre a sua vida, sobre o que de pior alguma vez lhe fizeram na vida, sobre o seu corpo, a sua sexualidade, a sua dor, as suas emoções, os seus medos, pormenores atrás de pormenores, o seu corpo, a sua intimidade, a sua dor e o seu medo... o que lhe fizeram, onde lhe tocaram, como lhe tocaram, quantas vezes lhe tocaram, o que lhe sussurraram ao ouvido enquanto o magoavam, se doeu, como doeu, se não doeu, porque não doeu, o seu corpo, a sua intimidade, o seu medo, a sua dor... se gritou, se não gritou, porque não gritou, quem o ouviu, quem o calou, se contou, se não contou, porque se calou... Sinta o tamanho desse silêncio, a vergonha, o sofrimento, a dor... (e o medo, quem entende este medo?). Suponha que tem 16, ou 14, ou 9, ou 7, ou 5 anos, que os relatos que tem de fazer se reportam a uma situação de abuso ou violação praticada pelo seu pai, a sua mãe, o seu avô, o seu irmão, a..., o...

Imagine agora que essas perguntas eram feitas numa língua estrangeira que não domina e que quem o escuta parece não entender também a língua que fala. Que antes de chegar ao tribunal, outros pareceram não escutar ou não entender o que dizia. E o que calava. Que antes de chegar ali, o levaram à polícia, ao ministério público, a um hospital, ao instituto nacional de medicina legal, a psicólogos, a psiquiatras, a assistentes sociais. Sem lhe explicar porquê, retiraram-no de sua casa e colocaram-no num colégio, sozinho, perdido, com medo, com vergonha, com um enorme sentimento de culpa, cada vez mais culpa. Será que eu merecia? Foi culpa minha? Deveria ter ficado calado? Porque não fui capaz de evitar tudo aquilo? Porque me está a acontecer tudo isto?

Na polícia, fizeram-lhe perguntas, nos gabinetes, os adultos desconhecidos fizeram-lhe perguntas, no hospital fizeram-lhe perguntas, no colégio fizeram-lhe perguntas. Uma série de adultos desconhecidos sempre a fazer perguntas, sempre as mesmas perguntas, sempre a mesma vergo-

nha, a mesma dor... (eu agora não quero falar mais nisto)... vezes sem conta, muitas vezes, 6, 7, 8 vezes. Sempre as mesmas perguntas.

Levaram-no a um "hospital diferente" onde um adulto lhe tocou no corpo – outra vez o meu corpo, a minha intimidade, a minha vergonha – para lhe fazer um exame de sexologia forense, daí para um gabinete onde assistentes sociais ou psicólogos lhe colocaram perguntas por entre desenhos e plasticinas – mais perguntas, outra vez as mesmas perguntas, a minha vergonha, o meu medo, a minha dor. Sentira vontade de chorar, vontade de falar, vontade de calar, falara, calara, falara, falara... e afinal ninguém o ouvira... De outra forma, porque é que é que toda esta gente estaria sempre a perguntar a mesma coisa? E agora, sentado no tribunal, frente ao juiz, tem afinal de voltar a contar tudo outra vez...

Se consegui imaginar uma parte deste percurso, desse silêncio, dessa dor, então, leitor, penso que estará pronto para passar ao estudo da Dra. Catarina Ribeiro e ouvir e reflectir sobre o discurso, as expectativas, as significações e as representações das crianças a quem a autora deu voz para contarem, não só o que lhes aconteceu (desta vez, evitando que fosse só "mais uma vez"), mas também o que pensaram, o que sentiram, que significados atribuíram a tudo o que lhes aconteceu depois de revelarem o que aconteceu.

Da Dra. Catarina Ribeiro sabia eu já que era uma excelente psicóloga e uma excelente perita de avaliação psicológica forense, a isso importa acrescentar agora que é também uma excelente investigadora. Todas essas características convergiram para a elaboração deste estudo e do livro que dele resulta. Um livro que, creio, irá contribuir para que magistrados, juizes, psicólogos e outros profissionais que trabalham com crianças envolvidas no sistema judicial, reflectam sobre as suas práticas e sobre a própria organização do sistema e melhorem o acompanhamento que é feito a estas crianças, tão frequentemente revitimizadas.

Apontando lacunas, mas também soluções, e apelando a transformações urgentes, tanto mais que algumas delas, como se lê no estudo aqui apresentado, são simples, não implicam reformulações estruturais do sistema nem se revelam onerosas – por exemplo, a adequação dos espaços pelos quais a criança passa e a inserção, neles, de elementos simbólicos que remetam para a infância, para a presença de outras crianças; a contextualização da participação da criança no processo judicial; a valori-

zação do seu papel e "estatuto"; o investimento na dimensão relacional; o esclarecimento à criança, em termos adequados ao seu nível de desenvolvimento, das etapas e das diligências processuais e seus objectivos.

Urgente também, como destaca a autora, uma maior concertação entre Justiça Criminal e Justiça Protectiva, "uma maior articulação entre o sistema penal e o sistema de protecção e, provavelmente, uma revisão das medidas de afastamento do agressor, no sentido de uma maior eficácia destas", o que diminuiria, provavelmente, o recurso às medidas de "afastamento da criança" ou de institucionalização. Uma das medidas mais traumáticas para as crianças vítimas.

Que muitos e novos sejam os sentidos e as trajectórias a imprimir pela Dra. Catarina Ribeiro à sua prática futura, na intervenção e na investigação. E que muitos sejam os profissionais que lhe sigam os passos...

Julho de 2008

CELINA MANITA

Gabinete de Estudos e Atendimento a Vítimas
Universidade do Porto

ÍNDICE

PREFÁCIO	9
INTRODUÇÃO	19

PARTE I

Enquadramento Teórico

CAPÍTULO 1

Vitimologia e Psicologia Forense: elos de comunicação com a Justiça a propósito do mau-trato infantil

1.1. Vitimologia.....	28
1.1.1. Níveis de Vitimação	31
1.1.2. A Vitimologia no estudo do mau-trato infantil.....	35
1.2. Psicologia Forense.....	42

CAPÍTULO 2

Dinâmicas do Abuso Sexual de Crianças no contexto familiar

2.1. Evolução psicossocial do conceito de Abuso Sexual de Crianças.....	47
2.2. O desafio de definir o Abuso Sexual de Crianças	52
2.3. As especificidades do abuso sexual no contexto familiar.....	53
2.3.1. Factores de risco ao nível da estrutura e funcionamento familiares.....	55
2.3.2. O secretismo do abuso sexual intrafamiliar	56
2.3.3. O suporte familiar	58
2.4. Impacto do Abuso Sexual	60
2.4.1. Lesões físicas.....	60
2.4.2. Impacto Psicológico	61
2.4.3. Factores de intensificação traumática.....	63

CAPÍTULO 3

Enquadramento legal do Abuso Sexual de Crianças
em Portugal – o lugar da criança vítima

3.1. Evolução Jurídica do conceito de Criança Vítima.....	65
3.2. Justiça Protectiva.....	67
3.2.1. Evolução da Justiça de Menores em Portugal.....	70
3.2.2. Pressupostos da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo.....	73
3.3. Justiça Penal – Evolução da abordagem Jurídico-Penal do Abuso Sexual de Crianças.....	76

CAPÍTULO 4

Perspectivas da criança sobre a Justiça e o Sistema Judicial

4.1. Contributos das abordagens do Desenvolvimento Moral.....	85
4.2. Contributos dos estudos sobre representações e conhecimentos das crianças acerca do Sistema Judicial.....	87

CAPÍTULO 5

Participação da criança vítima de abuso sexual no processo judicial

5.1. A Criança na Justiça: especificidades das diligências processuais e das dinâmicas psicológicas dos casos de abuso intrafamiliar.....	101
5.2. As dificuldades da revelação e da denúncia.....	106
5.3. Intervenção Legal junto de crianças vítimas: entre a Justiça Penal e o Sistema de Protecção.....	108
5.3.1. A perícia médico-legal.....	110
5.3.2. A prova testemunhal: importância, controvérsias e potencialidades da “voz” da criança.....	113
5.4. Na tentativa de proteger a criança.....	121

SÍNTESE INTEGRATIVA.....	125
--------------------------	-----

PARTE II

Estudo Empírico

CAPÍTULO 6

Metodologia

6.1. Objectivos do estudo.....	131
6.2. Abordagem Fenomenológica.....	133

6.3. Grounded Theory.....	135
6.4. Processo de amostragem teórica.....	137
6.5. Recolha de dados: A Entrevista Qualitativa.....	142
6.6. Procedimentos de análise e tratamento de dados.....	143

CAPÍTULO 7

Apresentação e interpretação dos dados

7.1. Histórias de Vitimação.....	149
7.2. Etapas da Trajectória Processual.....	152
7.3. Integração Vivencial da Trajectória Processual.....	177
7.4. Percepções e Significados das Mudanças da Estrutura Sócio-Familiar.....	185

DISCUSSÃO E CONCLUSÕES.....	193
-----------------------------	-----

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	201
---------------------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	205
---------------------------------	-----